

# Debate e consenso no *Dialogo del Reggimento di Firenze* de Francesco Guicciardini

Felipe Charbel Teixeira<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa o *Dialogo del Reggimento di Firenze* de Francesco Guicciardini, escritor florentino do século XVI. Defende-se que o conceito de *ragionamento*, como abordado pelo autor, aponta a centralidade da prática do debate e da busca de consenso como alicerces de uma “República bem-ordenada”. Argumenta-se que a forma dialógica empregada visa à reprodução de uma situação de produção de persuasão, em que a definição do melhor governo possível resulta do *ragionamento* entre homens prudentes.

**Palavras-chave:** Guicciardini – republicanismo – prudência.

O florentino Francesco Guicciardini (1483-1540) viveu em um período de grandes turbulências. Em 1494 a Península Itálica foi invadida pelas tropas de Carlos VIII, rei de França, evento que desencadeou alterações significativas no equilíbrio político europeu; desde então, Florença tornara-se simples joguete nas mãos dos monarcas franceses e espanhóis. Homem de estado, defensor dos valores ciceronianos do *buon governo* e mestre da pragmática *arte dello stato* – conhecimento das habilidades e meios eficientes para a preservação dos domínios (*stati*) de uma família ou de uma República (Violi, 1992, p. 3) –, Guicciardini vivenciou e protagonizou muitas das transformações da primeira metade do século XVI, tendo refletido sobre elas em diversos opúsculos, muitos deles esquecidos em um baú familiar até a segunda metade do

---

1 Doutor em História Social da Cultura pela PUC-RJ. E-mail: fcharbel@uol.com.br

século XIX – apenas a *Storia d'Italia* e os *Ricordi* tiveram circulação ainda no *Cinquecento*, mesmo que póstuma, tendo sido traduzidos para vários idiomas e circulado nas principais cortes europeias, com grande repercussão.

Dentre os textos políticos publicados apenas no oitocentos, o *Dialogo del Reggimento di Firenze* (1521-5), redigido com grande rigor estilístico e argumentativo, pode ser considerado o mais importante. Neste tratado, Guicciardini retoma diversas posições por ele defendidas em textos anteriores – especialmente no *Discorso di Logrogno*, escrito em 1512, pouco antes da queda da República e do retorno dos Medici a Florença –, revisitando-as, porém, através da dramatização de um debate entre quatro homens bastante experimentados nos assuntos políticos cidadãos, os interlocutores do diálogo. Neste artigo, discutirei a centralidade da prática do debate e da busca de consenso na estrutura argumentativa do *Dialogo*, tomando um e outro como aspectos decisivos para a construção de uma idéia de “República bem-ordenada”, entendida como aquela apta a garantir tanto a liberdade – no sentido então corrente de ausência de domínio externo e autodeterminação nos assuntos internos da cidade (Pettit, 1997, p. 51-79) – como a condução apropriada e eficiente dos negócios públicos.

### **Do governo *stretto* à República bem ordenada**

Antes de completar 29 anos, idade mínima exigida em Florença para o exercício de cargos públicos, Guicciardini trabalhou nas *Storie Fiorentine* – redigidas entre 1508 e 1510 –, onde discute o lento processo de declínio dos valores republicanos e aristocráticos em sua cidade natal, a partir da terceira década do século XV. Segundo seu ponto de vista, o crescente predomínio dos Medici em Florença – entre 1434 e 1494 esta família exercera ampla preponderância política na cidade – teria incidido na lenta decadência dos costumes civis e dos princípios republicanos tradicionais.

Não obstante Florença tenha retornado à organização republicana “de fato” no ano de 1494, quando os Medici são expulsos da cidade, Guicciardini argumenta nas *Storie* que os resquícios de sessenta anos de

restrições políticas ainda se faziam notar vivamente na primeira década do século XVI. Segundo o autor, a incapacidade dos florentinos de exercer e conceber adequadamente o governo livre, entendido por ele como meio-termo entre tirania e licenciosidade, estava diretamente associada ao predomínio mediceu de sessenta anos (Guicciardini, 1998, p. 390). Com vistas à resolução deste impasse político, Guicciardini procura no passado florentino um modelo ideal de orientação para o presente, encontrando-o no período de ampla ascendência das grandes famílias, os assim chamados *ottimati*, na vida política da cidade – a saber, os primeiros decênios do século XV, antes da ascensão de Cosimo de’ Medici (1434), período em que Florença teria se conservado, segundo ele, “livre, unida”, e fora “governada por homens de bem” (idem, p. 80). Trata-se, como nota Gennaro Sasso (1984, p. 33), da tentativa de reviver uma República de fundamento aristocrático, calcada tanto na justa distribuição de magistraturas de acordo com a *virtù*, nobreza e mérito de cada cidadão quanto no predomínio do interesse público em detrimento dos objetivos mesquinhos.

Por razões desconhecidas, a redação das *Storie* é interrompida bruscamente em 1510, não sendo retomada posteriormente. Ainda assim, a questão da reforma do *reggimento* – conceito que pode ser traduzido, ainda que com certo anacronismo, por governo ou constituição, indicando o ordenamento do *stato* e das magistraturas – permanecerá no horizonte analítico do escritor. Em 1512, paralelamente às articulações entre os Medici e Fernando de Aragão visando à reentrada em Florença dos primeiros – movimento este ignorado por Guicciardini, então embaixador da República florentina na Espanha –, ele escreve um texto conhecido como *Discorso di Logrogno*, em que retoma as discussões centrais das *Storie* a partir de uma nova perspectiva. Se nas *Storie* Guicciardini procurava no passado florentino um modelo ideal para a resolução dos dilemas presentes, no texto de 1512 o autor adota um percurso analítico distinto: no *Discorso*, a ênfase argumentativa recai sobre a prescrição de mudanças práticas concernentes à estruturação das principais magistraturas cidadinas, assim como dos seus mecanismos eleitorais – trata-se, segundo Moulakis (2000, p. 201), da “análise funcional dos processos políticos e instituições, considerados em sua relação sistemática

com as forças sociais”. Orientado pelo princípio do “governo misto” – *topos* recorrente da teoria política clássica e medieval amplamente difundido no Renascimento por meio do exemplo de Veneza (Cardoso, 2000, p. 31) –, Guicciardini procura pensar um modelo capaz de garantir o melhor governo possível para a cidade de Florença, calcado na apreciação das contingências do presente e dos “efeitos” dos governos, sem perder de vista o horizonte ideal do bem comum e dos valores éticos do *buon governo*, de caráter fundamentalmente ciceroniano – liberdade (ausência de dominação externa associada ao equilíbrio interno), concórdia, justiça, harmonia e virtude (Skinner, 2002, p. 93-117). Nesse sentido, pode-se dizer que Guicciardini, assim como seu amigo Nicolau Maquiavel em *O Príncipe*, defende um exame atento das “coisas do mundo” a partir de sua *verità effettuale* – entenda-se por *effettuale* a verdade efetiva, aquela que pode vir a causar *bons efeitos*, a “verdade do orador”, como diz Maurizio Viroli (1998, p. 82) a respeito de Maquiavel.

Contudo, com a queda do regime republicano e o retorno dos Medici, as perspectivas de reforma do *reggimento* submergem diante do novo posicionamento da cidade no cenário europeu: Florença e a Península Itálica reafirmam a dependência política diante de França e Espanha, o que minava severamente os anseios republicanos do autor e da elite *ottimati* (Brucker, 1969, p. 256-280). A restauração dos Medici abre a Guicciardini, todavia, uma série de novas oportunidades. Entre 1512 e 1527 ele passará a exercer papel de destaque no cenário político italiano; servidor de Leão X e Clemente VII, ocupa cargos importantíssimos a serviço dos papas Medici, como o governo das cidades de Parma, Reggio, Modena, além da presidência da Romagna.

### “Ragionamento” e efeito dialógico no *Dialogo del Reggimento di Firenze*

O *Dialogo del Reggimento di Firenze*, redigido entre 1521 e 1525, apresenta um colóquio ocorrido no ano de 1494, supostamente narrado a Francesco Guicciardini por seu pai, um dos interlocutores. No primeiro livro, o autor dispõe a matéria tratada como um *choque de pontos de vista contrários*: de um lado Bernardo del Nero, homem de confiança do

falecido Lorenzo de’ Medici e perito na *arte dello stato*; de outro Piero Guicciardini (pai de Francesco), Paoloantonio Soderini e Piero Capponi, representantes legítimos da aristocracia quatrocentista florentina, os chamados *ottimati*. No segundo livro, os interlocutores deixam as divergências de lado e passam a buscar um *consenso argumentativo* através da prática do *ragionamento*<sup>2</sup>; como resultado, esboçam uma definição do *melhor governo possível* para a cidade de Florença, adequado a um momento de turbulências externas e corrupção dos valores civis.

No próêmio do *Dialogo*, Guicciardini diz realizar a “sincera e *fidel* narração daquilo que, uma vez, fora *ragionato* por alguns dos nossos cidadãos muito graves e sábios” (Guicciardini, 1994, p. 15, grifo meu). Cabe dizer que tal noção de *fidelidade*, recorrente em tratados retóricos clássicos e renascentistas, não remete à idéia de uma reprodução exata das palavras proferidas, mas à *verossimilhança* de uma narração de acordo com certos critérios retórico-poéticos – tal qual Tucídides (1999, p. 29) que nos discursos de sua *Guerra do Peloponeso* afirma se ater “o mais próximo possível do sentido geral das palavras”. Trata-se de um lugar-comum retórico amplamente empregado em exórdios de diálogos – como no *Cortesão* de Castiglione ou na *Arte da Guerra* de Maquiavel –, cuja finalidade consiste em afirmar a autoridade de quem fala e tornar verossímil a argumentação e a narração, através da amplificação das virtudes ou dos vícios dos personagens envolvidos (Lechner, 1962, p. 72-73).

Cícero (1997, I, 44, p. 138), seguindo Aristóteles, sustenta no *De Inventione* que toda argumentação pode ser caracterizada como provável ou como necessária. Necessário é o argumento silogisticamente irrefutável; provável é o argumento construído a partir da opinião comum, do hábito, ou da analogia com a realidade. Na mesma linha, lemos na *Retórica a Herênio* – texto-base na formação dos cidadãos florentinos do *Quattrocento* e do *Cinquecento*, juntamente com os tratados ético-retóricos de Cícero, as histórias de Tito Lívio e Salústio, os tratados de Sêneca e os *Institutio* de Quintiliano (Ward, 1983, p. 128) –, que

2 Cabe notar que na língua toscana do século XVI, o vocábulo *ragionare* possuía a acepção de conversação; nesse sentido, o *ragionamento* poderia ser confundido com a própria prática do diálogo (Najemy, 1993, p. 109).

a narração será verossímil se falarmos como o costume, a opinião e a natureza ditam, se nos ativermos à duração do tempo, à dignidade dos personagens, aos motivos das decisões e às oportunidades do lugar (...). Se a matéria for verdadeira, ainda assim, todos esses preceitos devem ser observados ao narrar, pois é comum acontecer de a verdade não conseguir *obter fé* quando são negligenciados (AD, 2005, I, 16, p. 69).

Obter fé, aqui, implica afirmar a *honestidade e gravidade da matéria* nas diversas partes do discurso, especialmente no exórdio e na narração (ibidem, I, 6, p. 57). Tais elementos são mobilizados por Guicciardini na passagem do proêmio em que se refere à “sincera e fiel narração” do *ragionamento* travado entre os quatro grandes homens. Trata-se, assim, da *reprodução verossímil dos efeitos* de tal conversação, o *sentido* do que por eles fora discutido, a saber, a delineação de um “governo honesto, bem ordenado, a que se possa verdadeiramente chamar de livre” (Guicciardini, 1994, p. 15). Verossímil porque se espera tacitamente que homens reputados pela opinião comum como *honestos* – virtuosos e cientes dos seus deveres, conforme definição da *Retórica a Herênio* (AD, 2005, III, 3, p. 153) – emitam bons juízos sobre a realidade, demonstram agudeza, celeridade de raciocínio e amor ao bem comum.

O diálogo, como nota Alcir Pécora (2001, p. 97-98), era entre os humanistas “o gênero por excelência a adotar-se quando se tratasse de produzir o elogio do convívio intelectual e do prazer honesto da *companhia*”, de modo a evidenciar “uma prática civil, cortês e espiritualmente refinada”. A dramatização de uma conversa entre homens considerados sábios e prudentes ressalta a prática do debate entre concidadãos como fundamento do *vivere civile*, seja pela oposição de argumentos contrários (*in utramque partem*) como através da produção de um consenso a partir de posições inicialmente divergentes. Pode-se dizer, acerca da conversação do primeiro livro do *Dialogo*, que ela possui um caráter mais *confrontacional*; já no segundo livro, a dinâmica é predominantemente *cooperacional* – para empregar categorias de David Sedley citadas por Pécora. Nesse sentido, a situação dialógica criada por Guicciardini representa um reordenamento das “expectativas habituais

face aos temas debatidos” (idem, p.98), aspecto crucial do jogo político em uma República “bem ordenada”, necessariamente orientada pela busca da *concordia* civil.

Ainda que a narrativa remeta à restauração republicana de 1494, o horizonte analítico de Guicciardini voltava-se primordialmente para o exame da situação política florentina na década de 1520. Se bem que a ruína dos Medici fosse então considerada pouco provável, fazia-se necessário, segundo o autor, manter vivo o *pathos* republicano, já que os muitos *accidenti* ocorridos a cada dia poderiam fazer com que subitamente a liberdade pudesse voltar a imperar na cidade. Assim como Platão – que tentara, segundo o autor, despertar o interesse pela “verdadeira” política em um tempo de degradação dos valores –, Guicciardini imbui-se desta que, segundo ele, consiste em atividade bastante honrosa e necessária: discorrer sobre os diversos tipos de governo (Guicciardini, 1994, p. 13). Ainda que a conjuntura da década de 1520 não fosse favorável – os Medici exerciam sua preponderância já há uma década –, ele revela alguma esperança de ver uma “República bem ordenada” se instaurar em sua cidade natal:

se bem que, em virtude da autoridade dos Medici em Florença, e da potência grandíssima do pontífice, a cidade pareça ter perdido a liberdade, os acontecimentos [*accidenti*] que ocorrem diariamente nas coisas humanas podem, a qualquer hora, [fazer com que] da mesma forma que do domínio [*stato*] popular originou-se o domínio de um, possa-se com a mesma facilidade voltar do domínio de um à liberdade primeira (ibidem, p. 14).

Conquanto não vislumbre razões que o levem a crer na ruína dos Medici em um curto espaço de tempo, Guicciardini afirma que “não se pode esperar de uma família a perpetuidade que se pode esperar de uma República” (idem).

Embora se encontre, na década de 1520, totalmente envolvido com a defesa dos territórios mediceus na Península Itálica, Guicciardini escreve, nos intervalos ociosos entre suas ocupações, sobre um possível

revigoração republicano em Florença. Diversos analistas notaram tal dualidade. Segundo Vittorio de Caprariis (1993, p. 72), tal conflito reflete-se na própria estrutura do *Dialogo*: de acordo com o crítico italiano, a “esperança do cidadão”, correspondente ao livro II, choca-se com a observação aguda do “estado das coisas” – livro I. Trata-se, no entendimento de Caprariis, da oposição entre realismo e utopia em uma mesma obra, a qual apontaria uma ambigüidade manifesta e irresoluta. Argumenta Caprariis que Guicciardini teria se tornado então um “prisioneiro do seu próprio sistema”, pois que a forma ideal de *reggimento*, prescrita no livro II revelar-se-ia impraticável à luz das análises empíricas do primeiro livro. Daí sua famosa assertiva de que Guicciardini teria guinado, ao longo da vida, *dalla politica alla storia* – o abandono do exame racional dos fatos para se dedicar à análise das contingências das “coisas do mundo” –, perspectiva amplamente desacreditada atualmente. John Pocock, refutando Caprariis, defende que a diferença de perspectiva entre as duas partes do *Dialogo* consiste numa tensão entre “valor” e “história”. Afirma o historiador neozelandês: “o que deve ser não é o que irá acontecer, mas assim mesmo precisa ser afirmado” (Pocock, 1975, p. 243). Por esta perspectiva, o livro II é considerado por ele como a afirmação de uma “necessidade moral”, o estudo do que, embora impraticável, não pode deixar de constituir uma referência. Para Pocock, embora a história mostrasse a Guicciardini a impossibilidade da realização plena dos valores republicanos num momento de decadência, este percebia a necessidade de defendê-los vigorosamente. Se bem que Pocock quebre o dualismo croceano de Caprariis, sua análise não consegue mostrar de que maneira as duas partes do *Dialogo* se articulam, se é que efetivamente existe tal articulação.

Como atesta Nicolai Rubinstein (1984, p. 176), a perspectiva de uma *mutazione di stato* não era totalmente improvável no contexto de redação do *Dialogo*. Seguindo tal linha argumentativa, pode-se aferir que Guicciardini se propunha, no texto, a pensar uma efetiva reforma da cidade, a ser implementada tão logo os Medici perdessem o poder – o que poderia levar alguns meses ou muitos anos, mas em algum momento ocorreria, pois, como diz o próprio Guicciardini em trecho já citado do *Dialogo*, “não se pode esperar de uma família a perpetuidade

que se pode esperar de uma República”. Levando-se em conta tal horizonte de expectativas – e a partir deste ponto minha argumentação se descola de Rubinstein –, as diferenças entre os dois livros do *Dialogo* tornam-se perfeitamente aceitáveis, se forem analisadas à luz dos preceitos ético-retóricos tematizados por autoridades clássicas e renascentistas. Como percebe Newton Bignotto (2006, p. 127), as “convicções teóricas” de Guicciardini “vão de encontro à sua visão da política italiana e ele procura”, no *Dialogo*, “um meio de colocar as coisas no mesmo patamar”.

No primeiro livro, Guicciardini vale-se de argumentação *in utramque partem* – dissecação de uma questão por meio de argumentos contrários (Kahn, 1985, p. 20) –, de modo a apresentar e examinar argutamente múltiplos aspectos envolvidos na tomada de decisões seguras. Já na segunda parte da obra, os interlocutores se direcionam a uma definição consensual do melhor governo possível para Florença, tendo por alvo a busca da concórdia civil. Tal situação remete à própria estrutura do diálogo ciceroniano *De Oratore*. No primeiro livro, os personagens Antonio e Crasso demonstram possuir posições contrárias acerca do orador perfeito, até que, ao fim da discussão, Crasso atribui as divergências à capacidade de seu interlocutor de realizar argumentação *in utramque partem*, da qual seria um mestre (Cícero, 2001, I, 264, p. 201). Tal estrutura argumentativa reproduz uma importante etapa da construção retórica de um discurso de gênero deliberativo, uma vez que, ao selecionar o que dizer (*inventio*), o *vir bonus dicendi peritus*, o homem de bem e eloqüente, segundo definição de Quintiliano, precisa anteceder os prováveis argumentos de seus opositores, refletir sobre eles, e então elencar os mais persuasivos e descartar os mais fracos e inconsistentes. Já no segundo livro do *De Oratore*, cuja discussão se dá no dia seguinte – assim como o livro II do *Dialogo* de Guicciardini –, Antonio põe-se a debater, juntamente com Crasso, a idéia de orador perfeito; este chega a dizer a Antonio que “o descanso de uma noite amenizou e humanizou suas posições” (ibid., II, 40). Aqui, o princípio norteador é a *cooperação*, deliberação conjunta realizada por homens prudentes. Para que isso se dê, contudo, uma das partes precisa ceder, dispondo-se a realizar tal empresa. Não se trata, portanto, da busca de um “acordo

universal”, racionalmente fundado – no sentido de uma razão cartesiana, abstrata –, mas de uma *deliberação realizada a partir de premissas definidas no próprio debate*. Estas premissas, contudo, não são premissas últimas – não se delibera, por exemplo, acerca da virtude, da justiça ou do bom governo, mas da virtude de uma pessoa, do que é o justo em uma situação específica, etc. “Com efeito”, diz o autor anônimo da Retórica *Ad Herennium* (AD, 2005, III, 6, p. 157), “não haverá quem prescreva o abandono da virtude, mas que se diga, então, que o caso não é tal que permita pôr à prova uma excepcional virtude, ou que a virtude reside, antes, em coisas opostas às que foram exibidas”.

Assim, não seria um exagero dizer que Guicciardini apresenta no *Dialogo* o percurso da construção de um acordo. O recuo de Bernardo del Nero no livro II indica a aceitação de uma posição minoritária, o que não o impede de buscar, juntamente com seus pares, um entendimento acerca do melhor governo possível para a cidade de Florença, afastado das propostas iniciais ventiladas por cada um isoladamente.

### Por uma análise efetual da política

Como já foi dito, o diálogo é ambientado na cidade de Florença, no ano de 1494, pouco tempo depois da restauração da República e expulsão dos Medici. Piero Guicciardini, Paoloantonio Soderini e Piero Capponi fazem uma visita ao ancião Bernardo del Nero; embora fosse considerado um cidadão respeitabilíssimo, del Nero encontrava-se então alijado da vida pública, por conta de sua colaboração de muitos anos com o falecido Lorenzo de’ Medici. Como afirma o personagem Piero Guicciardini, Bernardo del Nero era reputado homem de “prudência singular”, que aprendera sobre os assuntos de estado “na prática, e não nos livros dos filósofos” (Guicciardini, 1994, p. 24). O intuito da visita residia na busca de orientação e conselhos; com sua vasta experiência, esperava-se que del Nero pudesse ajudar seus concidadãos na organização da República recém restaurada. Tenta-se, assim, iniciar um *ragionamento* voltado para o exame do regime nascente – ao menos era esta a ambição inicial dos visitantes.

Bernardo del Nero mostra-se cético quanto aos novos procedimentos políticos adotados na cidade, após a expulsão dos Medici. Para ele, as tentativas dos *ottimati* de estabelecer um governo *stretto* não condiziam com a natureza do povo florentino, amante da liberdade e da igualdade. Diz Bernardo del Nero que em Florença só poderia haver dois tipos de governo: o de “um” – que abafaria esta “disposição natural” do povo pelo uso da força – ou o de “muitos”, sustentado por uma assembleia geral responsável pelas deliberações políticas. Seus interlocutores discordam, e põem-se a defender uma organização da República pautada no predomínio do elemento aristocrático – os assim chamados “homens de bem” –, em detrimento do *universale*. O tipo de governo que defendem tem como referência o período em que os *ottimati*, com a liderança de Maso degli Albizzi, ocuparam as principais magistraturas florentinas, pouco antes da ascensão de Cosimo de Medici em 1434 (*ibidem*, p. 44). Nesse sentido, pode-se dizer que os argumentos de Caponi, Soderini e P. Guicciardini no *Dialogo* assemelham-se sobremaneira àqueles defendidos por Francesco em suas juvenis *Storie Fiorentine*.

No decorrer do livro I, os interlocutores do ancião defendem algumas teses caras aos humanistas do século XV, quase todas postas à prova por del Nero: a República como única forma de governo capaz de assegurar a liberdade; a oposição entre tirania e *vivere libero*; a valorização da *virtù* dos cidadãos, da honra e da nobreza, como critérios para a distribuição das magistraturas; a defesa do expansionismo florentino como uma consequência direta da liberdade inerente a esta cidade. E vão além, ao criticar os Medici – chamados de tiranos –, cujas ações teriam incidido na perda de virilidade dos cidadãos, e na nomeação de plebeus e habitantes do *contado* – região fora dos muros – para os mais altos cargos públicos. Afirma o personagem Piero Capponi:

Nossa intenção era a de tirar a cidade do poder de um homem e restaurar a liberdade, como foi feito. É verdade que não desejávamos dar o governo absolutamente ao povo, mas [deixá-lo] nas mãos dos cidadãos principais e de maior qualidade, de modo que [Florença] fosse mais um *stato* de homens de bem que totalmente popular (*ibidem*, p. 39).

Bernardo del Nero concorda com seus interlocutores quanto ao caráter natural da liberdade para os florentinos – questão recorrente nos diversos tratados políticos do “humanismo cívico”, como por exemplo a *Laudatio* de Leonardo Bruni. Ele destaca, porém, a necessidade de comparar os possíveis *efeitos* das distintas formas de governo sobre a cidade, de modo a esboçar a mais propícia àquele momento histórico: “é sempre mais aprovado, e chamado de melhor governo, aquele que proporciona os melhores efeitos” (ibidem, p. 71). Assim, pode-se dizer que del Nero rejeita uma definição abstrata e universalista do *buon governo*, a qual considera uma característica do pensamento filosófico, em prol de uma análise das “coisas do mundo” fundada na experiência prática e na *ragione* – no sentido de *ragionevole*, racional porque razoável, “juízo natural, do bom senso e prudência”, nas palavras de Gennaro Barbuto (2002, p. 36). Ao discorrer sobre o *reggimento* adequado a Florença, del Nero não se atém ao princípio republicano como um valor inquestionável; ao contrário, mobiliza a própria reflexão do humanista Marsilio Ficino – chamado jocosamente de “vosso filósofo” – contra seus interlocutores: com base em Platão, Ficino defendia o governo de um como a melhor forma de governo, desde que o príncipe claramente se destacasse pela virtude, o que, segundo o ancião, se aplicava plenamente aos Medici.

“Se quisermos tecer juízos sobre um governo ou outro”, diz Bernardo del Nero, “não devemos considerar tanto de que espécies sejam, mas os efeitos deles” (Guicciardini, 1994, p. 27). Na idéia de *efeito* se encontra a pedra angular das análises do ancião: pensar sobre os efeitos implica redirecionar a análise política para as conseqüências diretas das ações humanas, os resultados das intervenções específicas dos agentes e os jogos de poder, por meio da análise acurada de certas particularidades dos homens em geral, do momento histórico e das vicissitudes de uma cidade e do seu povo. O exame dos efeitos é tarefa para o prudente, hábil no raciocínio, experiente, dono de *discrezione* (discernimento), conhecedor profundo das “histórias antigas e modernas”. Em passagem do opúsculo *Del governo di Firenze dopo la restaurazione de' Medici nel 1512*, Guicciardini compara a condução do estado à atuação do médico:

Os médicos *prudentes* e experientes em nada usam mais exato zelo que ao conhecer a *natureza do mal*, ao perceber os traços, a qualidade e todos os acidentes, para resolverem-se, a partir destes fundamentos, qual deve ser o tratamento [*reggimento*] do enfermo, de que sorte e em que tempo se deve dar a ele os remédios. (...) E como do fato de um enfermo ser bem ou mal medicado se pode chegar a um argumento potente sobre sua melhora ou sua morte, o mesmo acontece no governo de um *stato*, porque sendo conduzido prudentemente e proporcionalmente, se pode crer e esperar *bons efeitos*; sendo conduzido de outra forma e mal governado, em que se pode crer se não na sua destruição? (Guicciardini, 2000, p. 43-44).

Analisar os governos pelo critério dos seus efeitos implica conhecer a “natureza do mal”, perceber seus traços, analisar detidamente os *accidenti*, e então definir um tratamento [*reggimento*] adequado – a mesma palavra usada para definir governo, ou constituição, é usada em sentido médico na língua toscana do quinhentos. Levando-se em conta os efeitos, torna-se possível perceber, segundo Bernardo del Nero, que muitas vezes um *stato* fundado violentamente se mostra menos pernicioso aos interesses coletivos que uma República desordenada, pois que esta estimula os apetites individuais (Varotti, 1998, p. 395-418). Ao analisar a transição do regime mediceu para o republicano, del Nero afirma:

Queremos discutir se a mudança do *stato* foi útil ou não à cidade; de acordo com o fundamento que propus, para resolver a questão satisfatoriamente, faz-se necessário considerar os *efeitos e condições* daquele governo que caiu, e, por outro lado, considerar quais serão os efeitos e as condições deste que vocês introduziram, ou, dizendo melhor, pensaram introduzir (Guicciardini, 1994, p. 34).

Em sua análise dos efeitos dos dois modos de governo – no caso da República, as implicações que poderia *antecipar* a partir do exame da situação presente<sup>3</sup> –, o ancião conclui que o domínio dos Medici fora muito benéfico para a cidade; ao contrário, da República recém

instaurada poucos resultados positivos poderiam ser esperados. Afirma del Nero que, na época de Lorenzo, os cargos públicos haviam sido bem distribuídos, a justiça fora ordenada adequadamente, e Florença conquistara e mantivera o domínio sobre diversas cidades fronteiriças. Estes argumentos são apresentados como resposta a Piero Capponi. Ao discutir sobre o que entende por bom governo, Capponi centra-se em três pontos: a necessidade de preservar e conquistar estados estrangeiros; o imperativo de uma administração igualitária da justiça, e finalmente a distribuição adequada das honras públicas (ibidem, p. 49). Bernardo del Nero vale-se do próprio argumento de Capponi para criticar a posição de seus interlocutores: segundo o ancião, os Medici teriam sido extremamente eficientes na preservação destes três pilares, sobretudo no que diz respeito à manutenção dos domínios externos (ibidem, p. 74).

Existe nitidamente uma crítica de Bernardo del Nero à forma com que seus interlocutores consideram e examinam a questão da *mutazione di stato*. O ancião sustenta que os homens se movem primordialmente pelo desejo de dominar e obter vantagens particulares; quando se vêem diante de boas oportunidades, tornam-se servidores leais de regimes tirânicos, de modo que o interesse pessoal acaba sempre prevalecendo, em detrimento do bem comum (ibidem, p. 65). Diz ele que, no regime republicano, as pessoas perseguem seus objetivos com egoísmo; apenas um governo forte, centrado em uma única figura, poderia instituir a ordem necessária ao bem comum. “O povo não é bom juiz das qualidades dos homens” (ibidem, p. 74), diz ele. Bernardo del Nero critica, também, um ponto de vista comum em tratados políticos dos séculos XII ao XV: a associação ente nobreza dos agentes e a condução adequada dos assuntos públicos. Se os efeitos são mais importantes que as definições abstratas, o pertencimento a uma boa família não poderia em hipótese alguma garantir bons resultados na condução dos negócios citadinos. É determinante que os ocupantes das principais magistraturas possuam a mais importante das disposições, a *prudência* – bom juízo,

3 A idéia de antecipação dos efeitos das ações possui uma estreita relação com o sentido de uma natureza humana imutável, e do retorno de ciclos e formas pertinentes a uma temporalidade circular assimétrica (cf. Teixeira, 2007, p. 332).

celeridade decisória e aguçada capacidade de avaliar as transformações e sutilezas da realidade.

Se o intuito de Soderini, Capponi e P. Guicciardini era o aconselhamento, pode-se dizer que o *ragionamento* proposto não se mostra bem sucedido no primeiro dia de discussões, representado no livro I. O ancião revela-se um crítico severo do regime *stretto* de predomínio *ottimati*, defendido por seus interlocutores. Bernardo del Nero, valendo-se da vasta experiência adquirida no trato de assuntos públicos, procura demonstrar aos seus colegas que o apego a tais princípios abstratos poderia dificultar uma apreciação razoável e eficiente dos fenômenos políticos.

Discordo dos que colocam Bernardo del Nero como a voz de Guicciardini no *Dialogo* – posição praticamente unânime entre os comentadores (Caprariis, 1993, p. 75; Pocock, 1975, p. 221; Ridolfi, 1967, p. 134; Brown, 2002, p. xi). Tal abordagem aponta necessariamente para uma tensão, expressa nas palavras de Alison Brown:

Se adotarmos uma leitura republicana e identificarmos Guicciardini com o idealismo do livro II, interpretaríamos a defesa da tirania dos Medici, feita por del Nero no livro I, como a salvaguarda de Guicciardini contra o perigo de perder sua posição junto ao papa, ao passo que se identificarmos Guicciardini com a posição de del Nero no livro I, leríamos o livro II como sua proteção contra uma possível restauração republicana (Brown, 2002, p. xii-xiii).

Brown aponta com precisão o impasse oriundo da identificação plena da posição autoral com os pontos de vista de Bernardo del Nero. Todavia, não deixa de considerá-lo como uma dualidade, ao citar as ambigüidades e tensões vivenciadas por Guicciardini ao longo da década de 1520 como elementos para a compreensão das diferenças analíticas entre os dois livros do *Dialogo*.

Não corroboro tais posições. Fundamentalmente, a identificação da posição autoral com os pontos de vista de Bernardo del Nero desconsideram o caráter retórico do escrito: trata-se de um diálogo, gênero

amplamente difundido, regrado conforme preceitos estabelecidos pelas “autoridades” clássicas e humanistas (Margolin, 1999, p. 218). Embora o autor tenha afirmado em diversas ocasiões que o *Dialogo* fora escrito para si, e não para o grande público – o que provavelmente se devia às conseqüências negativas que a difusão deste escrito certamente traria para sua carreira política –, seu caráter de peça retórica é evidente. Guicciardini trabalhou o texto com cuidado, reescreveu diversas vezes o próêmio, e se preocupou como nunca com o estilo empregado. Ao invés de expor seus argumentos acerca da reforma do *reggimento* florentino na forma de um tratado – como fizera no *Discorso di Logrogno* de 1512 –, Guicciardini constitui dialogicamente uma teia argumentativa que parte da exposição de pontos de vista contrários e procura estabelecer uma posição consensual através do *ragionamento* entre homens prudentes. Nesse sentido, o exame do caráter dialógico do texto adquire centralidade, uma vez que se mostra essencial para a produção de persuasão. Um diálogo pode consistir tanto em um choque de argumentos, objetivando a vitória de uma das partes, quanto no debate centrado em determinadas premissas, com vistas à efetivação de um arranjo coletivo; no *Dialogo del Reggimento di Firenze*, como afirmei anteriormente, estes dois modelos se fazem presentes.

Deve-se observar, contudo, a existência de um desequilíbrio na argumentação do livro I, uma vez que as posições defendidas por del Nero parecem ser elaboradas com maior rigidez argumentativa. Daí a associação, feita pela maioria dos críticos, entre os pontos de vista do ancião e a posição autoral. Penso, todavia, que este desequilíbrio argumentativo não implica uma necessária superposição entre o autor e Bernardo del Nero. Muitos dos pontos defendidos por Capponi, Soderini e P. Guicciardini podem ser encontrados em outros textos de Guicciardini, e não só nos escritos de juventude. Do mesmo modo, algumas afirmações de del Nero – sobretudo aquelas formuladas no livro I – entram em choque com posições defendidas pelo autor em outros momentos. Ao sustentar a incapacidade do povo em tecer juízos adequados sobre o caráter dos governantes, Bernardo del Nero contradiz uma tese fundamental do *Discorso di Logrogno*; do mesmo modo, a crítica severa ao *Consiglio Grande* não corresponde aos juízos apresentados na *Storia d'*

*Itália* (Guicciardini, 1988, II, 2, p. 165-166) – nesta, ele repete os princípios acerca da organização da República elencados no *Discorso di Logrogno*. Assim, pode-se dizer que a equiparação das supostas posições “pessoais” de Francesco Guicciardini aos pontos de vista atribuídos a Bernardo del Nero desconsidera uma questão fundamental: a forma como os argumentos do ancião são construídos, especialmente no livro I, visa em grande medida à dramatização dos perigos inerentes a uma análise dos fenômenos políticos pautada exclusivamente no exame dos efeitos de diferentes formas de governo, sem considerar o debate e a produção de consenso como elementos decisivos do *vivere civile*. No livro II, embora Bernardo del Nero conduza a discussão, a participação dos seus interlocutores é fundamental para a produção de um efeito dialógico, aspecto que não é incidental, mas estrutural na construção dos argumentos principais do *Dialogo del Reggimento di Firenze*.

### Os efeitos do bom governo: o livro II do *Dialogo*

No livro II do *Dialogo*, os interlocutores deixam suas desavenças de lado e se põem a delimitar, conjuntamente, um *reggimento* apropriado à República. Dá-se, como resultado, a produção de um novo modelo, diferente dos anteriores, elaborado dialogicamente a partir das *modificações dos horizontes iniciais dos interlocutores*.

Bernardo del Nero, que no livro I havia defendido o retorno dos Medici a Florença, conforma-se com a adequação dos preceitos de sua arte do estado aos princípios do *buon governo* defendidos por seus interlocutores. Tem início, assim, o percurso analítico de um *ragionamento*, com vistas à organização de um *reggimento* apropriado a uma determinada conjuntura crítica.

Assim, após um descanso noturno, o colóquio é retomado na manhã seguinte. Afirma Bernardo del Nero, no início do livro II:

As noites são tão longas, e os velhos comumente dormem tão pouco, que eu tive muitas horas para revolver o *ragionamento* de ontem (...). Ainda porque posso facilmente me enganar, eu ficaria extremamente satisfeito em ouvir suas opiniões. (...) eu os escutarei com bom grado e também, se

algo me ocorrer, colocarei questões a vocês (Guicciardini, 1994, p. 127).

Bernardo del Nero passa a palavra a Piero Capponi, para que este exponha as preocupações dos *grandi* naquele momento de transição. Para Capponi, embora o governo republicano tivesse se tornado demasiadamente amplo – com a participação dos setores populares em diversas magistraturas –, ainda assim esta situação era mais condizente com a natureza livre do povo florentino que o domínio tirânico mediceu (ibidem, p. 129). Capponi volta a frisar que, sob o comando dos Medici, os cidadãos haviam se tornado pouco viris, mostrando-se incapazes de se impor diante de outros povos; somente a República poderia criar uma milícia forte, que resgatasse o papel ativo dos cidadãos. Após a longa exposição de seu interlocutor, Bernardo del Nero retruca, dizendo que o problema da milícia não poderia ser tratado de forma tão simples, uma vez que, mal ordenada, incidiria em uma série de desordens dentro dos muros; afinal, segundo o ancião, os florentinos teriam há muito se des acostumado ao uso de armas (ibidem, p. 134). A discussão parece caminhar para o mesmo impasse do livro I, até que uma intervenção de Piero Guicciardini altera os rumos da contenda:

Mas parece-me que seja melhor seguir o caminho iniciado, ao invés de perder tempo com inutilidades, especialmente por acreditar que *o que havia a se dizer de bom e mau sobre ambos os governos já foi feito*, ao menos as coisas mais importantes. (...) Assim, penso que não se discutiu qual dos dois governos seja o melhor, mas o menos nocivo. Resta agora procurar, como foi dito no início, *qual seria o bom governo para esta cidade*, e declarado qual seja, que seja a vez de Bernardo, a quem foi incumbida a tarefa, aceita aliás de bom grado; e se assim lhe for aprazível, nosso *ragionamento* terminará com grandíssima utilidade, pois que não só teremos conhecido os governos ruins, mas também qual seria o bom (ibidem, p. 142, grifos meus).

Não parece um mero acaso que Guicciardini atribua a seu pai os argumentos que resultam na mudança dos rumos do debate. Desta passagem em diante, Bernardo del Nero passa a conduzir as discussões, com vistas à definição do melhor governo possível para a cidade de Florença, e não o “menos nocivo”. Dando seqüência, diz o ancião:

não devemos procurar um governo imaginário [*uno governo immaginato*], que seja mais fácil de aparecer nos livros que na prática, talvez como a república de Platão. Ao invés, deve-se considerar a natureza, a qualidade, as condições, a inclinação, e para reduzir todas essas coisas em uma palavra, os humores da cidade e dos cidadãos (ibidem, p. 146).

Assim, ao aliar a análise dos efeitos dos governos à busca de um *reggimento* “que seja totalmente bom, ao menos nas coisas principais” (ibidem, p. 144), del Nero urde a conexão necessária entre a arte do estado – na qual é reconhecidamente um mestre – e os princípios do *buon governo* – defendidos por seus interlocutores.

As conclusões não poderiam se distanciar das teses formuladas por Francesco Guicciardini no *Discorso di Logrogno*, texto de 1512; levando-se em conta os “humores da cidade e dos cidadãos” – natureza, condições, qualidades e inclinações da população –, del Nero conclui que a melhor forma de organizar o governo da cidade de Florença deveria levar em conta a natureza livre do povo – o que o faz descartar o governo *stretto* dos *ottimati*. Bernardo del Nero passa a sustentar que o *Consiglio Grande* – assembléia ampliada que reunia os cidadãos e votava as principais questões florentinas – consistia na verdadeira “alma da cidade” e “fundamento da liberdade” (ibidem, p. 149-150). Destaca também a necessidade de assegurar algumas decisões cruciais a uns poucos, para que não fossem perdidos o sigilo e a agilidade necessários a certas atividades públicas; defende a criação de um senado, como forma de garantir assento e voz aos sábios, assim como a perpetuidade do *gonfaloniere* – o “um”, cabeça da República, cargo perpétuo e eletivo. Deste modo, Florença poderia se tornar novamente uma cidade em que a busca de honra e glória servissem ao interesse público, e não somente à realização de desejos particulares. Neste ponto, o ancião se

opõe ao princípio platônico de que, em uma cidade bem ordenada, os sábios não se sentiriam imbuídos a participar do governo. Para ele, a busca da honra constitui o princípio capaz de levar os cidadãos honoráveis a ocupar as magistraturas cidadinas. Trata-se da defesa de um *governo misto* – muitos (*Consiglio Grande*), poucos (senado) e um (*gonfaloniere*) –, nos moldes da República de Veneza.

Todos estes pontos de vista e preocupações já se faziam presentes no *Discorso di Logrogno*, texto escrito por Guicciardini uma década antes do início da redação do *Dialogo*; há, inclusive, a repetição de questões mais pontuais, como a necessidade de diminuição do poder da *signoria* e a crítica da divisão dos cargos de acordo com as guildas, entre outros aspectos. Assim, para além da apresentação de suas idéias particulares – e ele de fato as apresenta, chegando, no livro II, às mesmas conclusões obtidas no *Discorso* de 1512 –, Guicciardini visa à produção de um *efeito dialógico* que chame a atenção tanto para a necessidade do debate quanto para a produção de consensos entre homens prudentes, interessados no bem comum e na saúde da República.

Ao fim do livro II, a pura exposição de argumentos eficientes, tal qual operada por Bernardo del Nero, se mostra insuficiente para a definição teórica de um *reggimento* capaz de incidir na concórdia civil. Se fosse o caso, bastaria redigir um discurso – como o próprio Guicciardini fizera anteriormente –, prescrevendo os mesmos fundamentos que, no *Dialogo*, são apresentados como resultado de um *ragionamento*. Daí se poder dizer que a forma dialógica empregada pelo autor procura atualizar o sentido mais profundo do *vivere libero*, isto porque, para o bom ordenamento de uma República, não basta a existência de legisladores conscientes e perspicazes, posição que Guicciardini reivindicava para si no *Discorso di Logrogno*. Sem um conjunto apropriado de interlocutores, só restará a esse legislador duas opções: tornar-se um tirano ou servir fielmente a eles. Solitário, servo de tiranos, Guicciardini procura no diálogo imaginário entre homens prudentes as respostas para as vicissitudes de seu tempo, e tenta reordenar o percurso de um debate possível, fundado na prudência e no *pathos* do bem comum.

### Debate and consensus in Francesco Guicciardini's *Dialogo del Reggimento di Firenze*

**Abstract:** This article analyses the sixteenth's century Florentine writer Francesco Guicciardini's *Dialogo del Reggimento di Firenze*. One argues that the concept of *ragionamento*, as it's presented in Guicciardini's text, points both the centrality of the debate's practice and the search for consensus as grounds for the formation of a "well-ordered Republic". One also sustains that the text's dialogical form is associated to the production of persuasion, which is a main concern of the prudent men, responsible for the definition of the best government possible.

**Key-words:** Guicciardini, republicanism, prudence.

### Bibliografia

- AUTOR DESCONHECIDO. *Retórica a Herênio*. São Paulo: Hedra, 2005.
- BARBUTO, Gennaro Maria. *La politica dopo la tempesta*. Ordine e crisi nel pensiero di Francesco Guicciardini. Napoli: Liguori, 2002.
- BIGNOTTO, Newton. *Republicanism e Realismo*. Um perfil de Francesco Guicciardini. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- BROWN, Alison. "Introduction". In: *Dialogue on the government of Florence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BRUCKER, Gene A. *Renaissance Florence*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1969.
- CAPRARIIS, Vittorio de. *Francesco Guicciardini*. Dalla politica alla storia. Napoli: Società Il Mulino, 1993.
- CARDOSO, Sergio. "Que República? Notas sobre a tradição do 'governo misto'". In: BIGNOTTO, N. (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- CÍCERO, Marco Túlio. *La Invención Retórica (De Inventione)*. Madrid: Gredos, 1997.
- \_\_\_\_\_. *De Oratore*. Cambridge and London: Cambridge University Press, 2001.
- GUICCIARDINI, Francesco. *Storia d'Italia*. Roma: Garzanti, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Dialogo del reggimento di Firenze*. Torino: Bollati Boringhieri, 1994.

- \_\_\_\_\_. *Storie Fiorentine*. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Del governo di Firenze dopo la restaurazione de' Medici nel 1512*. In: BARBUTO, G. (Org.). *La liberta moderata*. Torino: La Rosa, 2000.
- KAHN, Victoria. *Rhetoric, Prudence, and Skepticism in the Renaissance*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1985.
- LECHNER, Sister Joan Marie. *Renaissance Concepts of the Commonplaces*. New York: Pageant Press, 1962.
- MARGOLIN, Jean-Claude. "L'Apogée de la Rhétorique humaniste (1500-1536)". In: FUMAROLI, Marc (Org.). *Histoire de la rhétorique dans l'Europe Moderne*. Paris: PUF, 1999.
- MOULAKIS, Athanasios. "Civic humanism, realist constitutionalism, and Francesco Guicciardini's *Discorso di Logrogno*". In: HANKINS, J. (Org.). *Renaissance Civic Humanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- NAJEMY, John M. *Between Friends*. Discourses of Power and Desire in the Machiavelli-Vettori Letters of 1513-1515. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.
- PETTIT, Philip. *Republicanism: A Theory of Freedom and Government*. Oxford: Clarendon, 1997.
- POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian Moment*. Princeton and London: Princeton University Press, 1975.
- RIDOLFI, Roberto. *The life of Francesco Guicciardini*. London: Routledge and Kegan Paul, 1967.
- RUBINSTEIN, Nicolai. "Guicciardini Politico". In: *Francesco Guicciardini 1483-1983*. Nel V centenario della nascita. Firenze: Leo S. Olschki, 1984.
- SANTORO, Mario. *Fortuna, ragione e prudenza nella civiltà letteraria del cinquecento*. Napoli: Liguori, 1978.
- SASSO, Gennaro. *Per Francesco Guicciardini*. Quattro Studi. Roma: Istituto Palazzo Borromini, 1984.
- SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*, v. II. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- TEIXEIRA, Felipe Charbel. "O melhor governo possível: Francesco Guicciardini e o método prudencial de análise da política". *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 325-349, 2007.

- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, livro I. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- VAROTTI, Carlo. *Gloria e ambizione politica nel Rinascimento*. Da Petrarca a Machiavelli. Milano: Bruno Mondadori, 1998.
- VIROLI, Maurizio. *From Politics to Reason of State*. The acquisition and transformation of the language of politics 1250-1600. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Machiavelli*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- WARD, John O. "Renaissance Commentators on Ciceronian Rhetoric". In: MURPHY, James J. (Org.). *Renaissance Eloquence*. Studies in the Theory and Practice of Renaissance Rhetoric. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1983.